



RESOLUÇÕES DO CDE

16 de março de 2024.

1. Lutar pela participação efetiva das servidoras e servidores nas reuniões dos conselhos superiores, na mesma proporção da representação dos magistrados. Não é razoável, não é equânime, que uma categoria tenha acesso e voz nos conselhos e a outra não, quando se sabe que as decisões a respeito da vida profissional e financeira, derivadas de um único orçamento, está sendo ali decidida para ambos;
2. Iniciar o trabalho do anteprojeto com a seguinte campanha: “Para defender, precisa conhecer”. A ideia é que cada diretriz do anteprojeto seja detalhado, para que possamos conhecer e defender. A partir desse conhecimento vêm as estratégias como, por exemplo, atuar dentro dos nossos órgãos fazendo o convencimento e esclarecendo colegas, chefes e administração, formando um corpo em defesa do anteprojeto a partir desse conhecimento e do esclarecimento;
3. Aumentar com urgência a pressão nas cortes superiores, TST, STJ, STM, TSE principalmente STF para iniciar a discussão e negociação do anteprojeto de reestruturação da carreira. Tomar isso como ponta de lança;
4. Buscar urgentemente a retomada da mesa do Fórum Permanente de Carreiras e Gestão de Pessoas do CNJ, e dos 3 subgrupos temáticos;
5. Realizar atos em defesa do anteprojeto de reestruturação da carreira: no STF (dia nacional de luta), no Congresso Nacional e nos tribunais regionais;
6. Pedir apoio ao anteprojeto às administrações dos tribunais, solicitando que enviem ofício pela aprovação da proposta de reestruturação da carreira ao STF;
7. Envio de solicitação de apoio das entidades ao STF pela aprovação do anteprojeto de reestruturação da carreira;



8. Ações junto aos parlamentares em defesa do apoio ao anteprojeto de reestruturação da carreira (envio de e-mails, visitas aos parlamentares nos estados, etc.);
9. Apresentar proposta de formação sobre orçamento para a Federação, para a formação dos sindicatos acerca desse tema;
10. Elaboração de carta aberta acerca da disputa orçamentária com base nas cartas da Fenajufe, Sisejufe/RJ e Sintrajufe/RS;
11. Elaboração de abaixo-assinado / petição pública contra as distorções na disputa orçamentária no PJU, que denuncia a grave distorção na divisão do orçamento, para adesão de toda categoria a partir dos textos dos sindicatos já existentes;
12. Que a Fenajufe elabore, compartilhe e todos os sindicatos promovam campanha de comunicação explicando o anteprojeto de lei em seu sentido geral e enfrentando a desinformação;
13. Que defina no **mês de abril** uma **semana nacional de** lutas, divulgação da campanha de comunicação, cobrando abertura de negociação, retomada do fórum de carreira, seminários e debates sobre o anteprojeto;
14. Articular no âmbito da campanha a posição da categoria quanto à disputa orçamentária, denunciando a ocupação do orçamento de pessoal com benefícios questionáveis para a magistratura, que expõem negativa o PJU e suprime as margens para solução de problemas básicos da categoria, como reposição inflacionária e reestruturação da carreira;
15. Executiva da Fenajufe deve construir nova convocação em torno das pautas de aposentadoria e PCDs pela Fenajufe, que se some às mobilizações em torno do orçamento, antecipação da recomposição, reestruturação de carreira;



16. Proposta para que o Dr César Britto faça parecer jurídico detalhado sobre as PECs 555 e 6/2024 (social), bem como divulgação dos mesmos para os sindicatos filiados;
17. Desmembrar da PEC 133 a aposentadoria especial para os servidores com deficiência, para seguir numa proposição sozinha e tramitar de forma independente. Fazer articulação no Congresso Nacional com o governo e com o presidente da Câmara;
18. Fornecimento de material com dados e análise para trabalho no Congresso, sobre as PECs 133 e 555 com urgência urgentíssima, e das demais pautas em que estamos atuando o mais breve possível;
19. Proposta para realização de Conap, visando, principalmente, tratativas para o fim da taxaço dos inativos e pensionistas, haja vista que o desconto da taxaço existente, na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, existe há mais de vinte anos, conforme art 4º, caput, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;
20. Construir atuação no Congresso para fazer pressão pela aprovação da PEC 133 (visita aos parlamentares, (envio de e-mail, etc.);
21. Remeter para discussão no Conap/Encontro de Aposentados:
 - a) Realizar discussão e aprofundar estudos sobre a PEC 6/2024 para discussão no encontro de aposentados/as;
 - b) emendar o substitutivo da PEC 555;
 - c) Os representantes dos sindicatos e da Fenajufe devem fazer abordagens junto aos parlamentares para acolherem a proposta de fim da contribuição dos aposentados e pensionistas para o RPPS ou redução do percentual e tempo de contribuição seja aprovando a PEC 555 ou a PEC 6/2024.
22. Fomentar a discussão de criação dos núcleos de PCD nos sindicatos;
23. Repercussão das lutas de outros sindicatos filiados, com notas de apoio;



24. Criação de uma área restrita para os conselheiros deliberativos onde serão incluídas todas as informações relevantes para a luta, como por exemplo os pareceres jurídicos e parlamentares, com o objetivo de unificar e fortalecer a luta;
25. Questionário sobre como cada Tribunal/Ramo, tem agido em relação a: - Retorno da VPNI (quintos absorvidos); - Retorno da VPNI (acumulação com GAE); - Pagamento do retroativo (quintos absorvidos); - Pagamento dos passivos (JF, quintos) - Implementação da Resolução 495/23 (auxílio saúde com piso para magistrados);
26. Trabalhar com os projetos em tramitação no Congresso Nacional com vistas a apresentação de emendas que visem o enquadramento dos auxiliares;
27. Encaminhar para a Diretoria Executiva da Fenajufe a proposta:
“DENUNCIAR A AUSÊNCIA DE POLÍTICA DE RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL
Considerando a situação do TRE-MG com o cadastramento biométrico, dos demais TREs e do PJU.
28. Requerer audiência com a presidência do TSE;

29. Eleição do Sindjus/DF – Triênio 2024-2027

Considerando que a desfiliação do Sindjus/DF na gestão do atual presidente e ex-Coordenador da Fenajufe, Costa Neto, causou impacto negativo na representatividade dos servidores do Poder Judiciário Federal perante os órgãos do PJU e na esfera legislativa, pelo divisionismo dos trabalhadores que só favorece os patrões;

Considerando a importância de termos os dirigentes do Sindjus-DF como aliados verdadeiros, por terem sua sede em Brasília, o que facilita as articulações e as ações junto aos Tribunais Superiores e o Congresso Nacional;

Considerando que haverá eleição no Sindjus/DF no próximo dia 2 de abril, para a Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal - Triênio 2024-2027 e que a CHAPA 20, encabeçada pelo Fernando Freitas, ex-coordenador da Fenajufe, e também outros colegas que representam ala progressista da categoria representarão uma aproximação do Sindicato com a Fenajufe e



possibilitará o retorno à sua filiação à Federação e à verdadeira luta sindical, somando com os demais sindicatos e a Federação;

Que este Conselho Deliberativo formalize o apoio à Chapa 20, participando inclusive da gravação de vídeos pelos dirigentes sindicais e da Federação na campanha eleitoral da Chapa 20.